



PERCEPÇÕES DE ALUNOS E ALUNAS EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

MVF Sampaio (autor); ACO Silva (co-autor); FP Salvino (orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba vanderlania.freitas@gmail.com

Neste artigo objetiva-se analisar percepções de alunos e alunas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/*campus* I, localizado em Campina Grande-PB) acerca da reconstrução do projeto pedagógico do curso (PPC), focalizando a dimensão da participação democrática (ou não) no referido processo. Consiste em um estudo de caso com recurso de aplicação de questionário semiestruturado e análise de documentos diversos. Toma como referência a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com a qual se discutem sentidos de democracia veiculados pelos/as estudantes, bem como as possibilidades de uma democracia radical e plural, que tenha como movimento hegemônico o respeito à diferença. Conclui-se que, apesar discursos recorrentes no curso de Pedagogia sobre a importância da participação democrática nos processos educativos, dentre os quais os de construção/reconstrução dos projetos pedagógicos, os/as estudantes tem sido excluídos de tais processos. A exclusão decorre de fatores como desmobilização dos/as próprios estudantes, como que abdicando de tal direito, como por falta de uma metodologia de trabalho, por parte das profissionais que coordenam o processo, que possibilitasse a participação democrática dos/as estudantes.

Palavras-chaves: Democracia. Discurso. Projeto-pedagógico de curso.

Introdução

O curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) surgiu da reformulação das Faculdades de Filosofia e começou a funcionar em 1969, integrando o Centro de Educação (UEPB/*campus* I). Foi autorizado pela Resolução 36/1971 do Conselho Estadual de Educação, a organização curricular obedecia à Resolução 02/1969 do Conselho Federal de Educação (PARAÍBA, 2009). O curso tem sofrido várias modificações ao longo de sua história, sendo as mais recentes instituídas com a aprovação do Projeto Pedagógico de 2009, que extinguiu as habilitações de Supervisão Escolar e Orientador Educacional, seguindo determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE), expressas pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006). Com estas alterações, o curso continua focalizando à docência e à gestão, porém com uma nova configuração: formação de docentes para Educação Infantil e para os cinco anos iniciais do Ensino



Fundamental (inclusive Educação de Jovens e Adultos) e formação de profissionais para atuarem em organização e gestão (administrativa e pedagógica) de sistemas e instituições de ensino (BRASIL, 2006). Tais alterações encerram uma abordagem técnico-administrativa, iniciada durante a Ditadura Militar e marcada pela especialização do trabalho no interior das instituições e redimensionam a gestão educacional para atender a novas demandas da sociedade e da educação.

Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser revisto e modificado periodicamente, como vem ocorrendo com o curso de Pedagogia da UEPB (*campus* I), desde de 2014. A reconstrução do PPC tem como motivação, além de elementos externos, associados à reconfiguração do mundo do trabalho e das tecnologias, às incessantes mudanças nas demandas sociais e educacionais, tais como sistema de cotas, ampliação do Ensino Fundamental, ênfase na educação inclusiva. Já as motivações internas à UEPB estão associadas ao tempo de vigência da atual proposta (cinco anos), às mudanças no perfil dos discentes e dos docentes da Educação Básica e Superior. É também importante considerar como fator interno as mudanças no perfil dos professores, seja pela contratação de novos profissionais, seja pela mudança nas perspectivas teórico-metodológicas, em função de estudos e/ou cursos de pós-graduação, especialmente doutorado, que resultam num posicionamento diferenciado sobre questões educacionais em geral e sobre a formação do pedagogo.

As constantes mudanças nas políticas educacionais para todos os níveis a partir da década de 1990, teoricamente trazem como imperativo o princípio a “redemocratização” e a metodologia da participação coletiva nos processos decisórios, que devem envolver professores, estudantes e funcionários. Todavia, o que se tem observado é uma ausência e uma apatia por parte de profissionais e estudantes, que podem comprometer tal processo.

Considerando o exposto, este artigo tem por objetivo analisar as percepções de alunos e alunas acerca da participação democrática (ou não) destes no processo de reconstrução do projeto pedagógico do curso de Pedagogia da UEPB/*campus* I – Campina Grande-PB. Para isto, recorreremos ao estudo de caso, à aplicação de questionários, bem como à análise documental. Tomamos como referência teórica a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, focalizando as noções de democracia radical e plural, que nos permite compreender como determinadas discursividades se tornam hegemônicas e como as várias relações de poder podem influenciar nos diferentes mecanismos de participação dos grupos.



Procedimentos metodológicos e sujeitos da pesquisa

A metodologia utilizada foi o estudo de caso e, em paralelo, foram analisados os documentos pertinentes ao tema e os questionários aplicados a 14 discentes do curso. Para Pereira *et al* (2009, p. 424) “o Estudo de Caso caracteriza-se como o estudo profundo de um objeto, de maneira a permitir amplo e detalhado conhecimento sobre o mesmo, o que seria praticamente impossível através de outros métodos de investigação”. Para Leonard-Baxton (*apud* PEREIRA *et al*, 2009, p. 424)

Estudo de Caso é a história de um fenômeno, passado ou corrente, desenhado a partir de múltiplas fontes de evidência, nas quais se incluem dados obtidos tanto em observações diretas e entrevistas sistemáticas, como em arquivos públicos ou privados. Cada fato relevante para o conjunto de eventos descritos no fenômeno é um dado potencial para o Estudo de Caso.

Nesse processo, os documentos sobre o curso de Pedagogia se constituem como material empírico a serem submetidos à análise. Todavia, como assevera Corsetti (2006), é necessário não fetichizar os documentos, acreditando que eles possam expressar toda a verdade, mas se esforçar para problematizar as fontes, cruzar e confrontar informações. O trabalho a ser realizado exige que se considere os sujeitos da produção dessas fontes (pessoas e/ou instituições), suas posições e seus interesses e os contextos de produção dos documentos. Para Corsetti (2006), a análise documental é um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação da informação, existente em documentos (escrito, áudio ou vídeo) com o objetivo de produzir novos sentidos. Consideramos como documentos, textos jurídico-normativos (portarias, decretos, editais, relatórios e outros), propostas/planos/projetos curriculares, artigos, livros, monografias, dissertações, teses, relatórios, registros de entrevistas, questionários e textos diversos sobre o objeto de estudo. Esses documentos/textos fornecem dados e/ou informações que ajudam na recomposição e na análise dos sentidos/significações pertinentes ao objeto de estudo.

Sentidos de democracia

Teorizações e práticas centradas em possibilidades de organizações políticas democráticas não são recentes e remontam à antiguidade grega, quando importantes decisões políticas eram tomadas em assembleias realizadas públicas, ainda que destas se excluíssem a maioria dos habitantes



da *polis* (escravos, mulheres, crianças e outros). Todavia, foi nos séculos XVIII e XIX, na Europa, embalada pelo iluminismo, urbanismo, industrialização e liberalismo que a humanidade projetou as bases da democracia mais próximas do que conhecemos na atualidade. Naqueles séculos e no início do século XX, o liberalismo forjou os alicerces do Estado de direitos e da democracia representativa como meio de garantir os direitos fundamentais necessários às pessoas que vivem em sociedade, ou seja, os direitos universais e individuais à cidadania.

Ainda no século XX, a democracia foi adquirindo novos sentidos, além daqueles conhecidos, cujo alicerce passa às correntes políticas do socialismo marxista, que defendia, dentre outras ações, uma intervenção forte dos governos para garantia da igualdade social. Não satisfeitas com degradantes condições de vida e de trabalho decorrentes das contundentes desigualdades econômicas e sociais geradas pelas sociedades industriais, várias nações reivindicam novas formas de organização alicerçada não nos ditames do mercado, mas de governos fortes capazes de promover uma distribuição igualitária das riquezas produzidas pela classe trabalhadora/operária. Para tanto, chegam mesmo a advogar pela instauração regimes políticos autoritários, também denominados de “ditaduras do proletariado”. Assim, denunciavam-se os ideais democráticos liberais de liberdade, propriedade, igualdade e fraternidade em prol dos ideais de igualdade socialista, ainda que isto lhes custassem liberdades individuais e coletivas como direito ao voto, a liberdade de expressão e de culto religioso, dentre outros.

Ao final do século XX a humanidade havia produzido duas metanarrativas modernas acerca de democracia, nas quais as denúncias acerca das desigualdades e injustiças sociais geradas pelo liberalismo ou pelo socialismo, passaram a justificar abusos de poder, desrespeito aos direitos humanos e Estados/governos autoritários e totalitários (ditaduras), obscurecendo e desvirtuando os sentidos de democracia, em ambas as correntes. Nelas as instituições educacionais (escolas, universidades, institutos etc) assumem função primordial na formação e na regulação dos cidadãos para legitimar tanto as democracias quanto as ditaduras. Como analisa Fernandez Enguita (2013, p. 59),

As democracias utilizam a escola para fazer publicidade da democracia, e as ditaduras para fazer publicidade da ditadura. As diferenças são duas: que a democracia é muito preferível à ditadura por todos seus conceitos e que a primeira permite ser interpretada de diversas maneiras, e inclusive autoriza a oposição com restrições muito escassas, ao passo que a segunda não tolera a dissidência nem a diferença.



A exemplo de Fernandez Enguita, é necessário que as sociedades e os educadores em especial, compreendam a importância da democracia em qualquer forma de governo, ainda que não se possa pensar/sociedades pura e plenamente democráticas, nem totalmente reconciliadas consigo próprias. Toda democracia será sempre construída com base no conflito e através da disputa, do jogo político, da luta entre os diferentes e nunca pelo consenso apriorístico.

No campo da abordagem pós-estruturalista, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), com a qual se discutem os sentidos de democracia veiculados pelos/as estudantes, bem como as possibilidades de uma democracia radical e plural, buscando um movimento hegemônico de respeito à diferença, imprescindível a qualquer forma de governo.

Segundo Mouffe (1996), o redimensionamento do campo da política tem como principal marca uma profunda crise de paradigmas que coloca em xeque “certezas” a cerca do socialismo e de seu aporte marxista, e também em torno do capitalismo e do liberalismo como bases ideais e universais para a democracia. Esses paradigmas, além de motivar a crença numa tendência unidimensional de se pensar à democracia, motivou a ideia de eliminação do político na sua dimensão de conflito, decisão, bem como, do antagonismo e do seu papel constitutivo da vida social.

Ancorada em Mouffe, Marques (2008) afirma que, na sociedade democrática moderna, o poder, a lei e o conhecimento são indeterminados, devido às várias posições que estes temas adquirem na sociedade, logo a teoria de democracia plural é a possibilidade de não eliminação de discursos e sim de reconhecimento das posições que são diferentes entre si. Por isso, para confrontar a democracia liberal, a perspectiva da democracia radical e plural, endossa os sentidos de multiplicidade, de pluralidade e de conflitos.

No processo de reconstrução do PPC de Pedagogia (*campus* I) o papel da representação é imprescindível, de modo que não podemos escapar aos processos representativos e isto é percebido a partir da lógica e da legalidade da constituição do Estado brasileiro e das prerrogativas em torno do que vem a ser democracia, encontradas na Constituição Federal de 1988, que vigora até os dias atuais e serve de fundamento para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que é a lei maior da educação brasileira. Portanto, as alternativas democráticas para a gestão das instituições educacionais são multiplicadas pela construção de processos que partem de e em torno da representação, seja através de eleições, de gestão colegiada (conselhos nacional, estaduais, municipais e escolares), de fóruns, de assembleias e outros mecanismos de discussão e tomada de decisão. Através da lógica da representação, determinados sujeitos são investidos do



poder de falar e de decidir em nome dos outros, o que implica no reconhecimento do princípio democrático.

Resultados e discussão

Professores/as, estudantes e funcionários/as do curso de Pedagogia representam grupos que se articulam em prol de um projeto de curso, mas nem sempre compartilham das mesmas convicções e interesses, por isso, é necessário refletir sobre as diferentes possibilidades de negociação, articulação e hegemonização das discursividades, circulantes no espaço acadêmico, que devem ser consideradas em função das demandas da graduação, que não são apenas da UEPB ou da Paraíba, mas do Nordeste e do país.

Foram analisados os seguintes aspectos: perfil dos/as respondentes, verificando o sexo, a profissão e o período que está cursando; importância do projeto pedagógico e da reconstrução deste; significados de democracia em educação e em pedagogia; aspectos que deveriam sofrer modificações no currículo do curso de Pedagogia; papel do/a aluno/a na promoção das mudanças. Unanimemente os respondentes reconhecem a importância do PPC como uma ferramenta que norteia, planeja, padroniza e organiza o currículo do curso, assim como documento que traça o perfil do profissional que a instituição pretende formar, mostrando a identidade do curso.

O curso de Pedagogia da UEPB/*campus* I, em Campina Grande-PB, possui 18 turmas, sendo oito no período diurno e dez no noturno. Por ocasião da pesquisa foram aplicados quatorze questionários, considerando os períodos 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º. Destes três são do sexo masculino e onze do feminino, cujo perfil é apresentado no Quadro 1 a seguir.

SUJEITOS	FUNÇÕES QUE EXERCEM	PERÍODO E TURNO
Aluno 1	Estudante e pintor	5 N
Aluno 2	Estudante	4 D
Aluno 3	Estudante	6 N
Aluna 1	Estudante e monitora da disciplina Planejamento e Avaliação Educacional	5 N
Aluna 2	Estudante e atendente de <i>call center</i>	3 D
Aluna 3	Estudante	3 D
Aluna 4	Estudante	7 D
Aluna 5	Estudante e auxiliar efetiva de serviços gerais em instituição pública	3 N
Aluna 6	Estudante e oficinaira do Programa Mais Educação	8 N
Aluna 7	Estudante e voluntária do PIBID	4 N
Aluna 8	Estudante	6 D
Aluna 9	Estudante e auxiliar de professora em empresa privada	1 N



Aluna 10	Estudante e monitora da disciplina Psicologia e Educação	3 D
Aluna 11	Estudante e monitora da disciplina Currículo	4 N

Quadro 1- Perfil dos sujeitos da pesquisa
Fonte: As autoras, a partir dos questionários

Dentre os respondentes, três estudam e trabalham exercendo funções que não se situam na área da educação ou área afim; seis estudam no turno diurno (D) e oito no noturno (N); apenas quatro cursaram mais da metade do curso (quatro semestres para o diurno e cinco para o noturno). Todos consideram o PPC importante, alegando que o referido se constitui em uma maneira de retirar as superficialidades, que resultam na demora da conclusão do curso; de melhorar a qualidade do ensino; de vislumbrar uma eficácia do curso, adequando-o às leis vigentes; forma de modernização das atividades desenvolvidas durante o curso; e ainda de rever o quê e como ensinar.

Quando questionados acerca dos significados de democracia em educação e em pedagogia, alunos/as apresentaram as seguintes respostas:

SUJEITOS	SIGNIFICADO DE DEOCRACIA EM EDUCAÇÃO.
Aluno 1	A democracia em educação não há participação de todos nas ações tomadas, nos novos rumos e planejamento em que estão inseridos
Aluno 2	Entre as mais diversas posições, hoje um consentimento
Aluno 3	Parceria entre os professores e comunidade acadêmica
Aluna 1	É a participação de todos, tomando decisões de forma coletiva, sem excluir ou favorecer outros, beneficiando todos em sua totalidade
Aluna 2	Que todos tenham direito de participar na tomada de decisão, compartilhar as responsabilidades, principalmente quando altera a posição de cada um no coletivo, são tomadas em conjunto.
Aluna 3	É um regime que as importantes decisões políticas estão com o povo e a soberania é exercida
Aluna 4	Democracia é possuir um objetivo e o povo exerce soberania total
Aluna 5	É o direito que todos tem (deviam ter) de participar na elaboração de projetos educacionais
Aluna 6	É a liberdade e a livre escolha de ser e de aceitar as mais diversas formas do comportamento humano. Saber respeitar o limite do outro e compreendê-lo a partir de seu contexto e não como um ser isolado.
Aluna 7	É você poder falar opinar e dá o seu ponto de vista, mas também saber ouvir e respeitar o lado oposto, as opiniões contrárias
Aluna 8	Direito de livre expressão e participação no que tange às decisões sociais e coletivas
Aluna 9	É o governo do povo, soberania popular, democracia em educação diverge de tudo aquilo que vem ocorrendo na UEPB
Aluna 10	Direito de voz do estudante, igualdade de busca por direitos, de escolha, de decisão, de saber o que é melhor para o estudante, direito de ser ouvido
Aluna 11	Acredito ser ou deveria ser a mais legítima possível. Onde seus sujeitos, educador e educando, exerçam seu poder de escolha, em cada ponto de vista. Para juntos construir um bem comum

Quadro 2: Significados de democracia para alunos/as
Fonte: As autoras, a partir dos questionários

Na percepção dos respondentes os sentidos de democracia estão associados à liberdade de expressão, à participação de todos nas decisões, ao respeito a vontade do povo, que coincide com os aportes da democracia liberal. Todavia, é importante lembrar que, embora essas estratégias sejam importantes, elas não são suficientes para garantir modos de gestão democrática, uma vez que a



liberdade de expressão, a participação nas decisões apenas fazem sentido quando os cidadãos possuem conhecimento aprofundado e crítico acerca dos temas em discussão e em processo decisório. Um conhecimento consciente, que não esteja sujeito a coerção e a repressão, nem resultado de doutrinação. Isto não significa que não seja permeado por ideologia, posto que nenhum conhecimento é neutro, mas que a opção ideológica não se sobreponha aos interesses da coletividade. Como afirma Bauman (2000, p. 90),

A reflexão crítica é a essência de toda autêntica *política* (enquanto distinta do meramente ‘político’, isto é, do que está ligado ao exercício do poder). A política é um esforço efetivo e prático para subjugar instituições que exaltam a validade *de facto* do teste de validade *de jure*. E a democracia é um local de reflexão crítica que extrai sua típica identidade dessa reflexão (grifos do autor).

Considerando o que pensam sobre democracia, os respondentes unanimemente afirmam que a reconstrução do PPC de Pedagogia da UEPB (*campus I*) em andamento não se caracteriza como um processo democrático, pois, apesar de estarem cientes do processo, as estratégias utilizadas pelos professores que o coordenam não conseguiram garantir a participação efetiva dos discentes nas decisões.

SUJEITOS	RECONSTRUÇÃO DO PPC COMO PROCESSO DEMOCRÁTICO
Aluno 1	NÃO. Por que não atinge as principais necessidades dos discentes no que se refere a participação de sua construção.
Aluno 2	Não é possível responder tal pergunta, pois ao aluno nada é divulgado.
Aluno 3	NÃO. Porque não existe participação dos alunos e se existe se restringe a alguns
Aluna 1	NÃO. Embora estejamos sabendo da reconstrução do PPC, apenas alguns alunos responderam os questionários e isso não é um processo democrático.
Aluna 2	NÃO. Porque não levam em consideração a opinião dos alunos para a melhoria do curso
Aluna 3	NÃO. Pois os questionários que o departamento de pedagogia respondeu não foram levados em conta
Aluna 4	NÃO. Por que nós alunos não participamos ativamente da construção
Aluna 5	NÃO. Em nenhum momento nós alunos somos convidados a participar e opinar em nada.
Aluna 6	Não respondeu
Aluna 7	NÃO. Pois o conselho do curso toma e aprova uma série de medidas sem consultar o graduando, uma vez que os mesmos são os maiores interessados.
Aluna 8	NÃO, porque o corpo discente não tem sido incluído nas discussões e nos debates sobre o mesmo.
Aluna 9	NÃO. Pois é necessária a participação de todos os envolvidos no PPC, caso este que não ocorre nos cursos em gerais na UEPB
Aluna 10	NÃO. Por que não se procura saber e ouvir o que o estudante pensa do projeto
Aluna 11	SIM E NÃO ao mesmo tempo. Sim porque de alguma forma os alunos estão expondo suas opiniões, como por exemplo a avaliação que é feita pelo site da UEPB. Não, porque como aluna da instituição desde 2014.1 e nunca participei de uma reunião para consulta ou informações das mudanças do PPC.

Quadro 3: Reconstrução do PPC como processodemocrático

Fonte: As autoras, a partir dos questionários



Conforme as reuniões que acompanhamos (registradas em diário de campo), constatamos que efetivamente a reconstrução do PPC teve início em 2014 sob coordenação de um Núcleo Docente Estruturante (NDE), criado conforme determinação da Coordenação Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) e do Conselho Estadual de Educação e composto por cinco professores do Departamento de Educação da UEPB. Nos anos de 2014 e 2015 o NDE realizou atividades, tais como: reuniões com professores/as e estudantes sobre o processo, destacando a necessidade de participação de todos; criou um sistema de avaliação pela internet através do qual 15 professoras e 306 estudantes puderam expressar suas opiniões sobre diversos aspectos do curso, desde a infraestrutura ao currículo e a atuação dos gestores; o Seminário Nacional de Pedagogia (SENPED-junho de 2015); curso de extensão, através do qual 1 aluno e 10 alunas participaram da sistematização dos dados da avaliação. Após o SENPED, a UEPB entrou em greve, retornando as atividades apenas em novembro. No primeiro semestre de 2016 as atividades foram retomadas, parte dos dados da avaliação foram apresentados e discutidos em reunião com professores. Porém a promessa de que seriam apresentados e discutidos também com os/as estudantes não se realizou. De fato os/as estudantes foram excluídos dos processos decisórios. Contatamos também que a maioria dos/as professores/as não participaram das reuniões. Houve inclusive reuniões que não obtiveram quórum, que o número mínimo de professores presentes em proporção ao total, que são 45 professores. Em função desse fato, os professores votaram para descumprir essa determinação regimental, caso contrário não terminariam o PPC no prazo definido pela Pró-reitoria da Graduação (PROGRAD).

Ao serem questionados sobre as mudanças necessárias ao Curso e como os/as alunos/as poderiam contribuir com elas, responderam que alunos/as são responsáveis por promover e exigir mudanças. Acreditam que a atuação na avaliação foi uma forma de participação no processo, mas não o suficiente para caracterizá-lo como democrático. Constatamos que os/as estudantes do Curso não participam de organizações estudantis como Centro Acadêmico ou União Nacional dos Estudantes e entendem isto como enfraquecimento da categoria e impedimento à participação política mais efetiva e consciente em defesa dos seus direitos. Abdicam do direito à participação prevista em lei, ao estabelecer que “fica assegurado aos Estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos (CAs) ou Diretórios Acadêmicos (Das) como suas entidades representativas” (BRASIL,1985).

Os fatos revelam que professores/as em sua maioria abrem mão do direito à participação na reconstrução do PPC. Não foi possível identificar as razões de tal atitude. Os alunos foram



excluídos, todavia, também não se mobilizaram para reivindicarem o direito. Em ambos os segmentos se evidencia uma apatia, uma inépcia preocupante, pois isto resulta em delegar a terceiros o poder de decidir em seus lugares. É necessário acreditar, como afirma Mouffe (1996, p. 81), que

É possível conjugar a defesa do pluralismo e a prevalência do direito, características da democracia moderna, com a revalorização da política entendida como participação colectiva numa esfera pública, em que os conflitos são enfrentados e resolvidos, as divisões expostas, as confrontações e, desta forma – tal como Maquiavel reconheceu pela primeira vez – a liberdade assegurada.

Parece-nos, que as metanarrativas liberais e críticas (marxistas) já não conseguem convencer os sujeitos quanto a importância da participação democrática, da luta pelos direitos, portanto, faz-se necessário uma outra discursividade, novas demandas, uma outra hegemonia capaz de promover nos sujeitos a vontade e necessidade de negociação, disputa, luta para promover as mudanças necessárias

Conclusões

Podemos inferir, ao longo da pesquisa realizada, que o processo de reconstrução do PPC de Pedagogia da UEPB/*campus* I, em Campina Grande-PB, não aconteceu de forma democrática porque não foram adotadas estratégias que envolvessem o grupo de discentes nos processos decisórios, apesar de existir um NDE, que conduz efetivamente o processo, no tocante as articulações entre a PROGRAD e o departamento de Educação, mas que exclui o importante segmentos dos estudantes, a quem mais interessa os novos rumos do Curso, afinal serão eles/as que serão submetidos à nova proposta curricular.

Outro aspecto observado é que, embora o NDE não tenha coagido ou impedido os segmentos de participarem, também não agiram para dar continuidade à mobilização iniciada em 2014, por ocasião da avaliação do curso, do SENPED e do curso de extensão. Todo o esforço inicial resultou em apatia e vazio político. Assim, o NDE atuou praticamente sem confronto, sem discórdia, sem contestação, sob a alegação de que haveria tempo para isto. Ganhou em tempo, mas perdeu em substância e em qualidade democrática. Talvez coubesse aos professores, nesse processo, possibilitar aos/às discentes um novo aprendizado acerca dos significados de democracia.

Diante destas questões impeditivas, reforçou-se a importância do discurso para uma democracia radical e plural que reconhece a diferença e os diversos pensamentos que precisam ser



levados em consideração no exercício da participação nas decisões, que afetam a todos e não somente aos/às estudantes.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC/CNE, 2006.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985**. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Brasília: PR/CC, 1985.

CORSETTI, B. **A análise documental no contexto da metodologia qualitativa**. In: UNIrevista, v. 1, n. 1, p. 32-46, janeiro 2006.

ERNESTO, Laclau; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. As forças em ação: sociedade, economia e currículo. In: _____ (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

MARQUES, L. R. **Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0429102.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Tradução de Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Campina Grande/PB. 2009.

PEREIRA, L. T. K. *et al.* **Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000300013 Acesso em 15 de agosto de 2016.